

Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos

Rodrigo de Azeredo Grünewald

Resumo

Um problema capital para os grupos indígenas do nordeste é a demarcação de suas terras, contemplando uma dimensão territorial capaz de tornar a atual fase de territorialização desses grupos positiva no sentido de promover uma ligação satisfatória dos índios com seu meio ambiente de maneira auto-sustentável e nas linhas do etnodesenvolvimento. Com base nesta premissa, o artigo toma por objetivo geral um convite à reflexão crítica com relação às administrações das aldeias indígenas em suas esferas locais e extra-locais. O que se pretende evocar é a necessidade de se repensar o indigenismo em seus moldes quando se opta, de fato, pela perspectiva do etnodesenvolvimento.

Palavras-chave: etnodesenvolvimento; indigenismo; índios do nordeste; territorialização.

Abstract

A crucial problem for Indian groups in Northeastern Brazil is land demarcation so as to contemplate territorial extension as currently addressed a positive experience, while also sponsoring a positive, self-sustained relationship between Brazilian Indians and their environment in compliance with ethnodevelopment lines. Based on such premises, the paper aims at promoting critical reflection concerning the administration of Indian communities at local and extra-local levels. The purpose is to evoke the need to re-think Indianism in its very own nature whenever making ethnodevelopment-based choices.

Key words: ethnodevelopment; indianism; North Eastern Natives; territorial demarcation.

Introdução

O presente texto tem por objetivo colocar em evidência algumas reflexões sobre etnodesenvolvimento no Nordeste Indígena desencadeadas a partir, principalmente, de *survey* realizado entre os meses de julho e agosto de 2002 entre cinco grupos indígenas da região e com o objetivo de levantar dados sobre as condições de vida dessas comunidades e o que seus membros visualizam como possibilidades de desenvolvimento para suas áreas. A indagação que norteou a pesquisa foi: “o que é necessário para se viver bem como índio no Nordeste?”.

Participaram comigo neste trabalho de campo os pesquisadores Estêvão Martins Palitot e Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque, que elaboraram um relatório (Palitot e Albuquerque 2002) disponibilizado na Home Page do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED)¹. Embora este relatório careça de uma conclusão sistematizando alguns entendimentos gerais para os grupos indígenas pesquisados, é, por outro lado, bastante expressivo por levantar dados simultâneos nas diversas áreas. Depois deste relatório, estive com Albuquerque mais uma vez em Atikum (setembro de 2002) e Kapinawá (novembro de 2002 e aí também acompanhados de Edmundo Pereira para captação de músicas para um CD) e os dados recolhidos nestas últimas visitas foram muito significativos dado à crescente intimidade com informantes, condições de investigação etc.

O presente trabalho talvez venha justamente servir como *considerações finais* ao relatório citado e assume a seguinte divisão interna: começa com uma reflexão sobre a noção de etnodesenvolvimento (embora não pretenda estabelecer uma definição rígida para o mesmo). Num segundo momento, serão expostos alguns dados sobre as áreas indígenas examinadas. Por fim, o artigo procura evocar alguns processos concretos que se tornam empecilhos para projetos de etnodesenvolvimento em aldeias e perspectivas de solução dos problemas, lançando mão, para isso, da análise de Davis (2000) para o caso Menominee como contraponto estratégico. Sem uma conclusão exaustiva, o artigo toma por objetivo geral um convite à reflexão crítica quanto às administrações das aldeias indígenas em todas as suas esferas

¹ <http://lacemnufrj.locaweb.com.br>

locais e extra-locais. O que se pretende evocar é a necessidade de se repensar o indigenismo em seus moldes quando se opta, de fato, pela perspectiva do etnodesenvolvimento.

Etnodesenvolvimento

Em primeiro lugar, gostaria de salientar que, do jeito como venho escutando, a noção de etnodesenvolvimento aparece como sinônimo de desenvolvimento sustentável aplicado a grupos étnicos ou comunidades étnicas. Não sou favorável a esta simples aplicação na medida em que não se trata de sustentabilidade étnica o que está em foco em tais referências, mas desenvolvimento econômico auto-sustentável no âmbito dessas comunidades. Ou seja, o objetivo do desenvolvimento referido não destaca o fortalecimento das etnias, mas simplesmente o desenvolvimento econômico dessas comunidades. Não que eu ache que a noção de etnodesenvolvimento deva excluir o desenvolvimento sustentável das comunidades étnicas, mas percebo que, embora teoricamente mais ampla, a definição (tal como aplicada verbalmente na maioria dos casos) é pouco abrangente e se reduz a isso. Vejamos por partes.

Primeiro a noção de desenvolvimento sustentável. Esta noção² aparece historicamente relacionada ao interesse deliberado com desenvolvimento social surgido em meados do século passado principalmente para as populações dos Terceiro e Quarto Mundos. Este desenvolvimento era pensado em termos econômicos e principalmente no sentido de uma gradual emancipação da dependência do Primeiro Mundo. No entanto, surge também a noção de “desenvolvimento alternativo” referindo-se às tendências de se colocar menos ênfase na produtividade econômica, se comparado com objetivos sociais e ambientais. Embora definido de várias maneiras e rótulos (*cf.* Nash 1996:122), o termo “sustentabilidade” acabou por se impor como uma síntese para todas as tendências alternativas e o termo “desenvolvi-

² Segundo Ribeiro, “Não deixa de ser curioso que a maioria das definições de desenvolvimento sustentável aproxime-se claramente de visões harmônicas, não conflitivas dos processos econômicos, políticos e sociais envolvidos no drama desenvolvimentista. De fato, é mais nessa direção que a crítica, justificável, de muitos cientistas sociais se tem feito sentir com relação ao ambientalismo, em geral, e à idéia de desenvolvimento sustentável, em particular. Talvez as facetas mais imediatamente criticáveis se refiram a um campo clássico na análise do desenvolvimento e da expansão de sistemas econômicos: a distribuição desigual de poder político e econômico entre as classes, segmentos e populações que participam do drama desenvolvimentista” (Ribeiro 2000:154).

mento sustentável” começou a ser usado, segundo Sharachchandra Lélé (*apud*. Nash 1996), nos anos 1980 “como um novo meio de expressar um interesse deliberado para a conservação da natureza” (Nash 1996:122).

Segundo Figueiredo (1999):

O conceito de desenvolvimento sustentável não implica a idéia de não-desenvolvimento ou desenvolvimento zero; tampouco pressupõe apenas a necessidade de se obter o consumo excessivo. De fato, esse conceito pressupõe um desenvolvimento que se auto-sustente, através da preocupação com a capacidade de suporte da natureza, e ainda transferindo a noção de desenvolvimento econômico para uma visão mais geral que inclua a natureza, as sociedades, as culturas, enfim, um desenvolvimento sócio-econômico eqüitativo e holístico (Figueiredo 1999:36).

De fato, parece que tem sido mais plausível optar pelo entendimento do desenvolvimento sustentável pela via da “consciência ambiental”. De acordo com o “relatório Brundtland (WECD 1987:43), ‘desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de encontrar suas próprias necessidades’” (Nash 1996:125). Há, de fato, uma conexão entre o conceito de sustentabilidade e preocupações ambientais. Desenvolvimento sustentável se refere primariamente a manter um meio ambiente que suporte a vida humana para algum nível de bem-estar no presente e para o futuro. Isso envolve, de certo, uma reavaliação dos objetivos econômicos e sociais, reorganização dos sistemas econômicos e estratégias de controle sobre a população, inclusive com *reinvestimento* de parte das riquezas na reposição e conservação dos recursos naturais³.

Mas sustentabilidade e etnodesenvolvimento (termo que reservo para o desenvolvimento sustentável de uma comunidade étnica quando aliado ao revigoramento do seu patrimônio cultural e conseqüente fortalecimento da sua identidade étnica, isto é, à sua etnicidade – *sustentando a etnia, a determinação étnica*) são coisas bem diferentes. Se a etnicidade pode ser algo mais abrangente que o desenvolvimento sustentável, a questão da sustentabilidade, paradoxalmente, pode ser mais ampla do que o espaço reduzido de promoção de etnodesenvolvimento (pois nem em todos os espaços sociais de uma aldeia se promove processo de etnodesenvolvimento).

³ E segundo Azanha (2002), as sociedades indígenas (principalmente as isoladas) apresentariam uma vocação para assumir a vanguarda simbólica da crítica ao desenvolvimento capitalista.

Para Iara Ferraz, o desafio permanente do etnodesenvolvimento no contexto das sociedades indígenas brasileiras "consiste em se reproduzirem como sociedades etnicamente diferenciadas e lidar, ao mesmo tempo, com condições materiais de existência cada vez mais adversas e multifacetadas" (Ferraz 1997)" (apud: Azanha 2002).

Para Stavenhagen, propositor do conceito:

Etnodesenvolvimento seria o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. Nessa acepção, desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de 'progresso' no sentido usual do termo: [...] Na definição de Stavenhagen, 'o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses' (Stavenhagen 1984:57). (apud Azanha 2002:31)

Ainda para Stavenhagen, os princípios básicos para o "etnodesenvolvimento" seriam:

Objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico, embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, [com] atividades mais participativas (ibid:18-9) (apud Azanha 2002:31).

Por fim, um livro atual sobre o assunto é o *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista*, organizado por Lima e Barroso-Hoffmann (2002a), cujos artigos reúnem esforços para se pensar o planejamento de novos modelos de intervenção indigenista aliado à idéia de fomento ao etnodesenvolvimento. Segundo os organizadores:

Ao tomar a perspectiva do etnodesenvolvimento, os trabalhos não apenas partem da idéia de que as sociedades indígenas podem garantir sua especificidade e autonomia perante o 'mundo dos brancos', como também supõem certos padrões ético-morais sobre

os modos como o 'mundo dos brancos' se posicionará em relação à vida desses grupos diferenciados, levantando, entre outras questões, as de quais valores serão acionados, que tipos de aliança esses valores embasarão e com que setores, sob que formatos jurídicos e a partir de que graus de flexibilização por parte do Estado brasileiro em face da ordem econômica globalizada essas alianças serão mais viáveis. (Lima & Barroso-Hoffmann 2002b:19)

Percebe-se aqui uma ênfase mais política do que econômica na aplicação da noção de etnodesenvolvimento. E ainda, “o uso da perspectiva do etnodesenvolvimento serve para pensar uma nova *relação* entre diferentes, tornando-se fundamental a construção de instrumentos que localizem as áreas que melhor asseguram o direito à diferença e se prestam à troca de saberes e/ou de bens entre as sociedades indígenas, os segmentos sociais dominantes e a administração indigenista” (*ibidem* :20). De fato, etnodesenvolvimento é uma perspectiva intimamente ligada à administração de políticas públicas nas áreas indígenas. Portanto, se há que se considerar os aspectos econômico e cultural, o político não pode de jeito nenhum ser deixado de lado quando se procura avançar numa compreensão do que seja etnodesenvolvimento.

De maneira mais ampla, este termo se remete a um processo que visa a manutenção/transformação de uma sociedade indígena (etnia) ligada a determinada configuração produtiva autônoma (o que não quer dizer que independente de relações globais) e livre, ao meu ver, da imposição de sua determinação por parte do órgão indigenista ou de outros setores do indigenismo bem intencionados, mas muitas vezes impositivos de linhas de ação. Capacitação técnica e teórica dos membros das populações indígenas para lidar com a necessária relação globalizada delas com o *mundo dos brancos* é fundamental para o estabelecimento da *crítica* a partir da própria sociedade indígena e sem condução do processo por agentes indigenistas exteriores, que devem se portar apenas como interlocutores aliados. Claro que isso não é simples por pressupor alterações em estruturas e comportamentos já estruturados, mas, como veremos no final do artigo, são justamente projetos que levem em conta a flexibilidade estrutural e histórica do desenvolvimento que devem ser preconizados como viáveis em longo prazo.

Além disso, existem especificidades para as comunidades indígenas e o etnodesenvolvimento tem que partir das tendências dessas comunidades e até colocar idéias novas tanto para o desenvolvimento quanto para tentativas de resolução de

problemas. Além do simples desenvolvimento sustentável, cabe notar que inclui aqui a administração das Terras Indígenas. Assim, a autodeterminação das comunidades deveria quebrar, em certa medida, o impacto da *indianidade*, enquanto pensada como modo de ser geral para os índios sob situação de tutela (Oliveira 1988), promovendo até relacionamentos (estruturais) diferenciados entre esses povos e o órgão indigenista oficial. Mas passemos agora muito resumidamente para algumas situações de vida indígena no Nordeste (e Leste), segundo os próprios índios.

Dados de algumas sociedades indígenas do Nordeste e Leste

Os povos indígenas do Nordeste têm características bastante gerais, afora algumas diferenças marcantes. São prioritariamente comunidades rurais agrárias e regidas pela chamada *agricultura familiar*, embora outras atividades se somem a esta. Estico a caracterização da situação dos povos indígenas a serem pensados em termos de etnodesenvolvimento para o Leste pelo exemplo muito rico que os Pataxó fornecem para o tema geral deste artigo. Além disso, vale mencionar brevemente tentativas de emergências étnicas indígenas no Nordeste para pensar como o etnodesenvolvimento já pode ser acionado desde esta fase do processo histórico de formação de um povo indígena. Mas vejamos os casos separadamente⁴.

- (1) **Kariri-Xocó:** Ocupam a área (em processo de revisão territorial) índios de várias etnias, mas com larga predominância dos Kariri e também dos Xocó, ocorrendo ainda discreto faccionalismo entre membros dessas duas entradas étnicas. Têm o Ouricuri como espaço sagrado, onde é mantida a *união* e a identidade étnica do grupo. O maior problema relatado é a escassez de terra e são as seguintes as propostas do grupo para ter uma vida melhor: ampliação da área demarcada (insuficiente para exploração agrícola mais eficaz e mais igualitária); irrigação (fundamental para se alcançar três safras por ano e não ficar entregue às intempéries do tempo - embora o projeto das hortas familiares elaborado pela ONG Nação de Jurema esteja funcionando para produção de verduras, a irrigação é fundamental para a agricultura da comunidade); piscicultura (perda dos peixes no rio São Francisco pelas barragens e há lagoas

⁴ Para maiores detalhes sobre as áreas, veja Palitot & Albuquerque (2002) e Grünwald (2002a e 2002b).

sem uso na aldeia); criação de animais (galinhas, ovelhas, peru, porcos – é relevante porque área indígena é muito pequena para ficar só na agricultura); venda e produção de artesanato (localização é boa para isso e já tem experiência no assunto); projetos autogerenciados, como a Farmácia Viva, Instituto Txhidjio e Nação de Jurema (fundamental esses tipos de iniciativas e parcerias). Os problemas apontados pelos índios vão (além da escassez da terra e falta de projetos) desde a prostituição, passando pelo paternalismo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que dá benfeitorias aos índios mas não a responsabilidade de cuidar destas. O grupo étnico afirma ter conseguido sua continuidade frente às adversidades graças ao Ouricuri que, resguardado, promoveu a condição de manutenção da união deles mesmo sem terras e mínimas condições de subsistência.

- (2) **Karapotó:** Ocupa a área há cerca de 10 anos e ocorre também a presença de outras etnias. Têm o Ouricuri como lugar privilegiado: “área pura de alma” sem construções (marca o ser índio), onde se cuida da “saúde do índio”. Maior problema é escassez de terra. Para melhoria, necessitam mais terra e menos preconceito por parte dos brancos. Funcionários da FUNAI e da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) são também acusados de procurar dividir o grupo a partir de intrigas e política de interesses particulares. Os Karapotó reivindicam incentivos para saúde e artesanato.
- (3) **Kapinawá:** Conflitos com fazendeiros e querem revisão de limites das terras ainda não demarcadas. A seca é outro problema bem como a falta de apoio às suas atividades produtivas (principalmente o quase nulo aproveitamento econômico dos cajueiros).
- (4) **Atikum:** Trata-se de uma área violenta e marcada pela presença de brancos e cultivadores de maconha. Os recursos que chegam da administração do órgão tutelar são distribuídos apenas no setor da sede do posto. Os maiores problemas relatados são a má administração da terra, a falta de união entre os índios, a seca, a “solta de bichos” e a má administração dos recursos (incluindo as carteiras de índio) que gera fortes faccionalismos.
- (5) **Emergências Atikum:** Além de uma separação administrativa promovida recentemente por uma liderança da aldeia Olho d'Água do Padre (justamente pela má distribuição dos recursos), há ainda tentativas recentes de emergências étnicas Atikum em áreas contínuas ao atual território. São, por um lado, várias comunidades vizinhas (Paus Brancos, Rodeador, Massapê, Paula, Urubu e

Conceição das Crioulas) que resolveram “levantar a bandeira indígena” em busca, aparentemente, de recursos que podem vir a ser disponibilizados pelo Estado em caso de sucesso em suas reivindicações, por outro, habitantes de parte das Serras do Arapuá e Cacaria (muito próximas a do Umã, onde está demarcada a TI Atikum) se mobilizaram aparentemente interessados na terra onde são rendeiros.

- (6) **Potiguara:** Vários problemas se destacam: preconceito, poluição, saúde, Educação, crescimento desordenado da Baía da Traição, falta de apoio dos órgãos, falta demarcação total das terras, área ocupada por casas de veraneio usinas e outros posseiros na área, economia de subsistência e assalariamento precário frente a muitas oportunidades de desenvolvimentos, problemas ambientais (poluição por usinas, desmatamento). Têm potencial para trabalhar com pesca marítima ou no mangue, agricultura, pomares, turismo e artesanato.
- (7) **Pataxó Meridional:** Divididos em 10 aldeias separadas por muitos quilômetros de distância e em nichos diferenciados, enfrentam grande variedade de problemas. Vou me concentrar aqui mais especificamente às Terras Indígenas de Barra Velha e de Coroa Vermelha. Na primeira, destaca-se a ausência de projetos para amenizar a sazonalidade da receita com o turismo (além da disputa territorial no Monte Pascoal). Na segunda, além dos vários problemas desencadeados pela implantação do Museu Aberto do Descobrimento (MADE), destaca-se a ausência de assistência para projetos na aldeia urbana com múltiplos faccionalismos atualmente se organizando em associações, mas com a mesma falta de união que sempre caracterizou a vinculação às facções por linhas de interesses econômicos distintos. Estas associações buscam agora ajuda para projetos apresentados como de desenvolvimentos sustentáveis.

Alguns comentários sobre os dados nativos

Sempre válido lembrar que o problema principal⁵ para os índios em geral (e do Nordeste, no caso) é a demarcação de suas terras contemplando uma dimensão territorial capaz de tornar a atual fase de territorialização (Oliveira 1999a) desses grupos positiva no sentido de promover uma ligação satisfatória dos índios com

⁵ Não vou considerar neste artigo as áreas de saúde e educação, embora sejam problemas capitais para se pensar o etnodesenvolvimento indígena.

seu meio ambiente de maneira auto-sustentável e nas linhas do etnodesenvolvimento. Vale lembrar que estou aumentando neste artigo ainda mais o peso da cultura na noção de etnodesenvolvimento ao sugerir que, para a idéia de desenvolvimento sustentável indígena aliado à etnicidade, esta etnicidade seja reforçada, na sua noção básica, em termos culturais (inclusive como construção simbólica de suas origens, raça, elos primordiais, parentesco etc), e não pensada só pragmaticamente/ utilitariamente em função da interação social e frente à captação de recursos (economia e política). Há inclusive que se respeitar a lógica dos índios, mesmo quando (aparentemente) desvantajosa para seu desenvolvimento se contraposta à racionalidade da economia clássica. O momento atual do indigenismo, inclusive, é de gerar condições para os índios poderem pensar e aplicar suas formas de sustentabilidade sem necessariamente ter que se guiar por lógicas ou padrões estranhos à sua vocação étnica (se assim posso falar). Este me parece o ideal, na medida em que privilegia uma autodeterminação: privilegia a vontade indígena para seu próprio destino como povo.

Sigo agora apontando alguns problemas quanto ao desenvolvimento comunitário dos povos selecionados na seção anterior. Em seguida, veremos o caso exemplar de um “sistema sustentável” indígena nos EUA para, finalmente, ver, de forma relativa (e em termos de adequação possível), e não por comparação absoluta, como apontar (em termos metodológicos) algumas direções para a aplicação concreta do etnodesenvolvimento.

Pouco conheço dos Karapotó (só uma breve conversa com o irmão do cacique e com o pajé), mas me afirmaram ser capazes de promover sua auto-sustentabilidade se conseguissem as terras em reivindicação, apoio em termos de sementes, educação, saúde e, principalmente, respeito ao invés do preconceito de que são constantemente vítimas. Têm o seu Ouricuri que os mantém fortes e de onde tiram sua autodeterminação e parecem se considerar auto-suficientes para sua continuidade (étnica) se solucionados esses problemas.

O caso Kariri-Xocó apresenta maior ambição por parte dos índios com relação à ajuda da sociedade nacional na medida em que reivindicam apoio para projetos variados (irrigação, psicultura, criatório de pequenos animais etc) para viabilizar sua auto-sustentabilidade. Têm também o Ouricuri de onde garantem sua continuidade em termos de determinação étnica, embora o grupo esteja se desgastando por conta de um faccionalismo entre Xocó e Kariri muito em função de um status histórico desigual para os grupos dentro da comunidade como para novas formas

de inserção de um grupo no âmbito da sociedade mais ampla, especialmente em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo. Há competição dentro da comunidade (venda de artesanato e projetos) e alianças desiguais (ou faccionais) com pessoas e instituições fora da área que podem prover recursos para essas facções, que os tomam em nome do conjunto do grupo étnico. Caberia aqui ser investigado se a continuidade disso é vocação do grupo ou decorrência (desastrosa) da falta de possibilidades de outras formas de obtenção de recursos indisponíveis ao desenvolvimento de uma vida indígena digna (satisfatória).

Os Kapinawá também reivindicam mais terra e gostariam de contar com apoio para desenvolvimento sustentável como fábrica de polpa ou doce de caju (fruta que apodrece no chão e as castanhas são vendidas para atravessadores *in natura* a preços irrisórios). Ou seja, precisam de apoio nesse sentido, mas não solicitam ninguém para direcionar seu desenvolvimento. Uma questão é que vão precisar de ajuda material não só para esse projeto, mas principalmente para dar conta das benfeitorias nas terras reivindicadas que pretendem obter.

Atikum é um caso onde a quantidade de terra não é questionada pelos índios em geral. Há os casos de tentativas de emergências Atikum em áreas contíguas a já demarcada. Essas emergências parecem obedecer a lógicas de luta por recursos, inclusive com interesses políticos municipais – excetuando-se o caso das Serras do Arapuá e Cacaria. Estes últimos casos seriam interessantes de ser examinados mais de perto no sentido de se perceber o acoplamento do etnodesenvolvimento aos processos de emergências étnicas, isto é, como o primeiro é acionado e operado nestes últimos. Infelizmente não tenho dados seguros para emitir opinião mais firme sobre tais casos inclusive porque os Atikum já estabelecidos na Serra do Umã não apoiam as emergências (mais especificamente as contíguas, ou seja, excetuando-se mais uma vez as Serras do Arapuá e Cacaria).

Mas gostaria de mencionar o caso Atikum a partir de um contraste. Quando estive na Serra do Umã em janeiro de 1990, os índios falavam que, apesar do domínio dos recursos da área indígena por uma facção ilegítima, a vida era boa se comparada ao passado. Falavam de como era difícil a vida na Serra nas décadas de 1920 e 1930 por causa das secas e de outras dificuldades. Falavam também dos fazendeiros que faziam “solta de bicho” no início da década de 1940 e da prefeitura de Floresta cobrando impostos sobre o uso do solo na Serra no mesmo período. Foi este conjunto de fatores negativos do início dos anos 1940 que levou os Atikum a reivindicarem o território indígena via processo de etnogênese - uma territorializa-

ção que implicou numa reorganização dos habitantes da Serra em linhas étnicas pragmaticamente tendo que aprender inclusive cultura imposta pelo Estado para ganho do território. Pois este passado, de bichos (dos brancos) soltos e invadindo suas roças, foi combatido e vencido e lá estavam eles, vivendo bem em 1990 com sua vocação de agricultores.

Voltando agora em setembro de 2002, as conversas se encaminham para a idéia de que a Serra está de volta “se acabando”. Continua o mau uso dos recursos por uma facção que domina a aldeia onde se situa a sede do posto indígena, além de os índios terem começado a criar bichos (principalmente cabras e bodes) sem cercas, isto é, a prática de “solta de bichos” sobre plantações alheias agora é interna à comunidade e parte da própria liderança. Há, me parece, um modelo (ideal) de riqueza na região do sujeito rico que possui animais. Talvez isso esteja interferindo numa vocação antiga da comunidade. Os plantios de maconha recrudesceram (são poucos agora), mas a liderança continua com um jeito não comunitário, individualista, de desenvolvimento. A aparência é que cada família “só pensa no seu” e aqueles que pensam na coletividade não têm oportunidades de falar pelo bem comum. Abdon Leonardo da Silva⁶ é lembrado como alguém de fibra, com verdadeira vocação para cacique – o que parece estar faltando de novo, ou seja, um líder característico e combatente para voltar a colocar ordem na área indígena. A seca é o principal problema apontado pelos índios para se viver bem na Serra, e para ela precisa de ajuda externa. Mas o problema da solta de bichos e desrespeito entre os índios é também forte empecilho para o desenvolvimento da comunidade. Muitos índios falam que o maior problema da área é a “falta de união” que, parece vigorar desde a implantação do Posto Indígena (distribuidor de recursos). A própria aldeia do Olho d'Água do Padre vem se afastando da administração da Serra do Umã por causa disso e querem ter administração (cacique) independente. Na verdade, parece que administração centrada na figura de um cacique como o José Bernardino Barbosa dos Kapinawá, que não permite iniciativas contra o bem comum ou que prejudique o próximo, é o que falta em Atikum. Embora possa se visualizar formas de organização que não passem pela centralização das decisões (ou atuação) de um líder, parece ser esta uma lógica cultural (ou perspectiva) interna à comunidade indígena e talvez devesse ser respeitada como válida - como sua autodeterminação. Talvez isso nos ensine que, ao invés de querer ensinar formas de atuação para os índios, deve se fazer valer a autodeterminação comunitária e interceder apenas

⁶ Cacique eleito e assassinado em 1990.

quando os direitos humanos dos índios forem ameaçados quando como na ocasião da eleição de Abdon⁷.

Quanto aos Potiguara, eu me eximo de tecer maiores considerações por não conhecer o grupo (embora conheça parte da área, não conversei detidamente com os índios⁸). Chama a atenção, entretanto, o potencial para diversos projetos de desenvolvimento isolados ou integrados tal como em Pataxó, inclusive o forte potencial turístico totalmente inexplorado.

Por fim, os Pataxó meridionais dividem-se em várias aldeias com características distintas em termos de desenvolvimento. Atenho-me aqui mais especificamente às aldeias de Coroa Vermelha e Barra Velha.

A aldeia de Coroa Vermelha surge por iniciativa exclusiva dos indígenas que lá se estabeleceram a fim de comercializar artesanato para turistas. Não havia qualquer planejamento para o desenvolvimento da área no início dos anos 1970: a Marinha era responsável pela orla e os terrenos comprados além da Área de Marinha eram destinados à futura especulação imobiliária, uma vez que a região se anunciava pelo seu potencial turístico. A Coroa Vermelha se urbanizou em fins dessa década, quando cresceu rapidamente com a construção de pousadas, casas de veraneio, comércio nas ruas e na orla (barracas de praia), e residências e lojas de artesanato dos indígenas e não-indígenas. Foi um desenvolvimento caracterizado pela busca incessante e a todo custo do lucro monetário, com total depredação ambiental e sem a menor preocupação com reservas de recursos, deixando a área, na década de 1990, totalmente entregue às especulações individuais de brancos e índios. Isso levou os Pataxó a necessitarem de uma área para agricultura (atividade com a qual guardam forte identidade) e ocuparam uma Mata, cujo desmatamento, foi muito criticado.

Em abril de 1996, o Presidente da República inaugura o Museu Aberto do Descobrimento (MADE), projeto desenvolvido para a região pela Fundação Quadrilátero e que se propôs atender, de modo falacioso, pelo que fica claro ao se ler artigo de Reesink (1996), “anseios de preservação da natureza, de rememorar a origem do país e dos diferentes povos que participaram da sua história, além de garantir uma intervenção e ordenação da ocupação de todo o espaço habitado utilizado pelas populações moradoras na região. De quebra, promoveria o turismo

⁷ Para este processo faccional, veja Grünwald (1993).

⁸ A parte Potiguara do *survey* citado no início deste artigo foi realizada por Estêvão Palitot e não contou, assim, com minha participação e a de Albuquerque.

cultural e ecológico...” (Reesink 1996:22). Este projeto não ouviu, entre outras partes, a comunidade indígena e tentou se estabelecer simplesmente da forma como seus idealizadores imaginaram, objetivo que não foi alcançado inclusive por sua arrogância ao não querer dialogar com os segmentos locais atingidos incluindo aí as lideranças indígenas indignadas com os planos do projeto para suas aldeias.

Mas com este projeto e a chegada dos 500 Anos de Brasil, grandes expectativas foram criadas para a re-urbanização de Coroa Vermelha, que receberia inclusive representantes dos mais diversos povos (de recônditos amazônicos até a Europa) e que se pronunciariam nas comemorações/manifestações dos 500 Anos. Além da imposição dos monumentos, muito se discutiu sobre água encanada, quantidade de casas residenciais, pontos de venda de artesanato e barracas de praia para os índios, energia, saneamento etc, até que houve a desintrusão dos brancos da área, a reurbanização de todo complexo residencial e turístico. No entanto, nenhum plano de gestão ou desenvolvimento para Coroa Vermelha parece ter se efetuado, além dos vários problemas de planejamento das obras arquitetônicas e de engenharia. Enfim, os governos federal e estadual enfeitaram o lugar para as comemorações dos 500 anos de Brasil, deixando a comunidade totalmente desamparada de projetos e tendo que recorrer novamente ao arrendamento de terrenos ou pontos de venda comerciais para os brancos, que assim voltam a ocupar a área indígena.

Perceba que Coroa Vermelha foi sempre uma aldeia urbana e comercial dedicada inteiramente ao turismo. As mudanças com as obras do MADE soam tão desastrosas para os indígenas que agora se torna emergencial o desenvolvimento de projetos sustentáveis e integrados como os da pesca, da agricultura, das plantas medicinais, além dos de cultura, artesanato (selo Pataxó para exclusividade de comercialização das peças) e educação. Entretanto, nenhum desses projetos tem contado com o apoio, ou mesmo despertado o interesse, de agências financiadoras. No pensamento dos empresários da região, principalmente nos ramos de hotelaria e turismo, eles deviam tomar as rédeas da Coroa Vermelha, tirar os índios dali e colocar suas moradias bem longe na floresta. Para os empresários, os índios deviam aparecer ali somente para passar o dia vendendo o artesanato sob administração nos moldes capitalista moderno. A FUNAI não se posiciona e nem apresenta o menor interesse no desenvolvimento sustentável dos índios.

Mas se a Coroa Vermelha de uma maneira geral encontra-se totalmente abandonada em termos de assistência ou projetos de gestão e desenvolvimento da comunidade indígena, a Jaqueira tem dado um exemplo de sustentabilidade e

etnodesenvolvimento (revigoração do seu patrimônio cultural e conseqüente fortalecimento da sua identidade étnica) através do seu projeto de ecoturismo. Se a questão da sustentabilidade é mais ampla do que o espaço reduzido da Jaqueira, envolvendo toda Coroa Vermelha, a Reserva é, em larga medida, o centro de difusão da cultura e das noções ambientalistas e de sustentabilidade (promoção de um etnodesenvolvimento).

De fato, somente com a ocupação de uma segunda Mata e sua transformação na Reserva Pataxó da Jaqueira, foi que as noções de preservação ambiental e sustentabilidade começaram a fluir mais intensamente na comunidade indígena. Mas além dessas, a noção de “resgate” da “cultura tradicional” também ganhou força. O trabalho de “resgate da cultura” já se desenvolvia na Coroa Vermelha bem antes da ocupação desta segunda Mata e fazia parte de um movimento cultural amplo (incluindo outras aldeias) que buscava uma renovação e fortalecimento da identidade étnica Pataxó. Embora um grupo de moças (justamente as que vão fundar posteriormente a Reserva da Jaqueira) se empenhasse sistematicamente no trabalho de produção cultural Pataxó na Coroa Vermelha, os ensaios das danças eram esporádicos e os índios mostravam-se pouco interessados pela atualização cultural. Não havia planejamento de um turismo cultural, ou turismo indígena ou turismo étnico para a Coroa Vermelha, que sobrevivia, além das barracas de praia, de um turismo histórico efetuado pelas empresas de turismo *charter* ou *de massa* visando visita ao marco do Descobrimento – e os índios ali apareciam, pitorescamente, vendendo artesanato (*souvenir*) juntamente com não-índios.

Diante desse quadro, o Projeto da Jaqueira tomou forma começou a funcionar em 1999 através de programa de ecoturismo levado adiante por aquele mesmo grupo de moças que se empenhava em passar as tradições para os demais índios através do “resgate da cultura” indígena. Com apoio de um casal (Jean, da ONG Flora Brasil, e Milene, então técnica da Secretaria de Meio Ambiente de Porto Seguro), conseguem delimitar metas, organizar o projeto e fazer os encaminhamentos necessários para conseguir as verbas principais do PROECOTUR – Programa Turismo Verde do Ministério do Meio Ambiente/ Governo Federal – e tocar o início de um turismo em pequeníssima escala, mas exemplar no que tange às perspectivas ambientalistas, de sustentabilidade e de fortalecimento da identidade étnica pela revigoração cultural. Este projeto de turismo da Jaqueira ainda não está completo, pois pretende ser integrado à Coroa Vermelha urbana (Praia), além de ampliar sua área local inclusive para hospedagem de turistas.

Mas tal expansão da Reserva parece requerer a ampliação dos limites territoriais da Mata, uma vez que há lugares na Jaqueira de acesso proibido aos não-índios, onde os Pataxó fazem suas orações e demais atos íntimos e sagrados. A expansão territorial da Jaqueira deve ser vista com atenção uma vez principalmente que o seu entorno, ou seja, as matas vizinhas, foram totalmente depredadas pelos seus respectivos proprietários, que tiraram a madeira e agora estão vendendo a areia do solo. É lamentável circundar a Reserva e ver que não existe o cinturão ambiental previsto em lei. Já não bastasse os empresários terem sempre jogado os dejetos de suas pousadas no Rio Jardim na Coroa Vermelha, destroem agora rios e matas ameaçando inclusive o interesse do turista em se aproximar da Jaqueira.

Esse desenvolvimento econômico estabelecido em resposta ao fluxo imposto pela indústria do turismo apresenta, portanto, aspectos positivos que recaem sobre possibilidades de etnodesenvolvimento Pataxó não só em Coroa Vermelha, como também em Barra Velha e Monte Pascoal – lugares onde os índios foram expulsos pelo Parque Nacional do Monte Pascoal e que têm conseguido retomar. Ou seja, o turismo ainda é uma forte frente de expansão colonial na região e me parece que o desenvolvimento sustentável em algumas das aldeias Pataxó deve atentar para tirar o melhor proveito dessa característica.

Em Coroa Vermelha há a necessidade de projetos diversificados (pesca, agricultura etc) que devem se integrar com o turismo de massa já existente e que precisa de ajustes organizacionais. Para Barra Velha visualizo uma possibilidade de desenvolvimento turístico para além da rápida visita não planejada a aldeia (para conhecer e compra de artesanato) como ainda é feita atualmente pelos “andarrilhos”. Há um potencial que ainda pode em muito ser explorado. Caberia ver se a aldeia teria interesse nesse tipo de desenvolvimento que pode envolver hospedagem, trilhas, danças, artesanato, centro cultural etc. Por fim, Monte Pascoal deve também ficar sob as rédeas indígenas e voltar seu desenvolvimento para o turismo em contraposição à preservação pura e simples de um patrimônio brasileiro. O índio, como dono da mata, representa melhor esse patrimônio nacional. Pode, com co-participação empresarial ou governamental, gerar hotel, trilhas (inclusive ligando à Barra Velha, Boca da Mata etc), ou seja, integrar o Parque ao turismo indígena-étnico, ou ecológico de uma maneira geral.

Os Pataxó não devem se isolar da civilização, mas ter condições de se inserir como agentes ativos do seu desenvolvimento no emaranhado dos fluxos culturais globais e respondendo aos anseios pós-modernos de busca pela primitividade. Isso

pode vir a significar etnodesenvolvimento para os Pataxó e seria legítimo na medida em que sempre fez parte de sua dinâmica cultural a renovação contextual dos seus itens tradicionais.

Mas esta seria uma outra territorialização caracterizada pelo uso do nicho ecológico em resposta a demandas turísticas e aclamaria por uma gestão independente do indigenismo oficial do Estado. Além disso, tal proposta reclamaria estudos que levassem em consideração algumas questões levantadas por Oliveira (1999b) quanto a territórios ocupados por sociedades indígenas (como a Pataxó) que nem sempre se circunscrevem a um único tipo de meio ambiente e podendo, a meu ver, desenvolver projetos distintos para seus diversos nichos. Este é mais um motivo para que a questão fundiária das terras indígenas seja refletida de maneira mais complexa do que por uma lógica quantitativa baseada num simples módulo rural.

Um contraponto positivo dos EUA

Apresentadas essas características e problemas ao desenvolvimento dessas comunidades indígenas, vale alguns comentários sobre como pensar sua sustentabilidade não mais em termos particulares, porém gerais. Tomo aqui como fio condutor algumas considerações de Davis (2000) para o caso Menominee dos EUA à guisa de pedra de toque para a discussão final. Vejamos.

Os Menominee do Wisconsin (EUA) são consumidores de bens como qualquer outro americano e tomam parte integral na vida do país, mas a floresta e as atitudes e idéias de desenvolvimento sustentável (uma decisão econômica de longo prazo) são mais importantes para eles do que decisões econômicas de curto prazo segundo a seguinte lógica: “a floresta é o povo, sem a floresta o povo morre”. Entre os Menominee, uma filosofia ética e de gerenciamento da terra sempre contiveram elementos de um sistema sustentável: “sustentar a floresta para gerações posteriores; cuidar da floresta para prover necessidades para o povo; manter todas as peças da floresta para manter a diversidade” (Davis 2000:4).

Para os Menominee contemporâneos, um dos mais importantes aspectos de desenvolvimento sustentável está centrado na importância que o grupo étnico coloca na base territorial e a história do motivo da terra ter se tornado tão importante para os Menominee explica porque eles dão uma importância tão alta às políticas de seu desenvolvimento sustentável. Terra não é uma unidade econômica

que pode ser comprada e vendida no mercado livre. Antes, ela é sustentada pela comunidade, não apenas para essa geração dos Menominee, mas para todas as gerações que viveram e todas aquelas que ainda nascerão.

Para se entender a lógica de sustentabilidade⁹, o primeiro passo é examinar sua história e então identificar os eventos históricos que desempenharam um papel principal ao moldar o pensamento e o comportamento Menominee. A abordagem histórica ataca a questão do porquê da questão política contemporânea sobre a idéia de sustentabilidade e se ela pode subsistir etc. Trata-se de examinar as escolhas que levam a essa opção (de implementar as políticas de sustentabilidade). A decisão coletiva de sustentar a floresta (meio ambiente) usando suas capacidades produtivas para desenvolver a economia do grupo não ocorreu por acidente, mas surgiu face a uma série de elementos históricos que devastaram e desmoralizaram o grupo. A idéia de sustentabilidade deu a eles uma razão para esperar por uma vida melhor.

Assim como para os eventos históricos, Davis aponta que a cultura também desempenhou papel similar na política de desenvolvimento, sendo entretanto difícil de identificar suas contribuições porque a cultura estava em “estado de crise e mudança” durante o período da primeira política de desenvolvimento para o programa atual. Na verdade, o desenvolvimento sustentável teve início numa época em que a cultura tradicional parecia estar sendo negada com a proeminência de líderes cristãos e outros fatores. Apesar disto, se mostrou forte componente para a sustentabilidade.

Como mostra Davis, “cultura e espiritualidade” são importantes para o modo como os Menominee têm sustentado sua floresta e meio ambiente, estando inclusive por trás de uma ética nas tomadas de decisão no âmbito da política de sustentabilidade. De fato, a cultura é central para compreender seu desenvolvimento sustentável porque “sua cultura e sua história têm seu coração na floresta”. Sem sua floresta, os Menominee perderiam uma componente chave de sua identidade.

A ética ambiental sustentável Menominee procede de múltiplas fontes: histórica, cultural, ancestral e religiosa/espiritual, além de incluir também a tensão que existe na reserva entre os mundos indígena e não-indígena. Mesmo a economia Menominee desempenha um papel ao definir o que a ética é e como ela funciona. Para Davis:

⁹ Vale lembrar que os Menominee comercializam o carvalho e o pinho de sua floresta, mas de maneira sustentável.

O exame da cultura e espiritualidade leva a questões sobre a ética que leva um povo a desenvolver políticas de desenvolvimento sustentável fortes o suficiente para resistir às vicissitudes do tempo. Uma ética é um conjunto de princípios, ou padrões, governando a conduta humana. História, cultura e espiritualidade Menominee têm sido elementos essenciais ao criar a ética Menominee. Eles têm criado um quadro que os faz um povo e têm colocado o grupo étnico como distinto dos americanos. (Davis 2000:54)

Penso, por fim, que Davis teria dado uma contribuição ainda maior se pensado em termos de etnodesenvolvimento, na medida em que seus dados fornecem muitos itens compatíveis e importantes para uma démarche teórica deste conceito. Se a sustentabilidade Menominee é destacada fartamente, além dos seus aspectos econômicos, são ressaltados também outros como o cultural (e espiritual), histórico, político, relações interétnicas, etc., que formam o conjunto de elementos que devem caracterizar uma abordagem em termos de etnodesenvolvimento. Está nitidamente implícita em sua abordagem, o fortalecimento da etnicidade Menominee em seu projeto de sustentabilidade, embora o autor não consiga formular isso com precisão e não desenvolva a análise nesses termos. Mas inquestionável parece ser a relevância metodológica proposta em sua abordagem para a compreensão do desenvolvimento sustentável Menominee pensado conjuntamente à posição política de autodeterminação desse povo – o que justamente nos interessa no âmbito do presente artigo, quando foi necessário atrair este exemplo do exterior para provocar uma reflexão dos casos dos índios do Nordeste do Brasil, tão estigmatizados e sofrendores de paternalismos que não colaboram em nada com um incentivo à sua autodeterminação sustentável (sustentabilidade essa também de caráter étnico).

Considerações finais e gerais

Antes de resumir um pensamento final, vale extrair algumas reflexões a partir do trabalho de Davis. Primeiro, ressaltar a necessidade de os grupos indígenas acionarem racionalidades econômicas para suas aldeias que visem a comunidade étnica e não indivíduos, famílias ou facções. Talvez, a idéia de que a sustentabilidade do território (ou de parte dele) em linhas comunitárias é capital para os desenvolvimentos individuais das pequenas posses de terra não esteja ainda bem compreendida por muitos indígenas. Como há uma carência de planejamento entre esses

grupos do Nordeste (por parte deles mesmos e também estabelecimento de planos a partir dos “brancos”), caberia uma promoção de discussão contínua (e emergencial) sobre o assunto, mas sem tentar impor essas noções de sustentabilidade e etnodesenvolvimento como a única saída, mas como um pressuposto positivo.

Segundo Davis (2000:7), uma importante mensagem que se extrai do caso Menominee é o fato de desenvolvimento sustentável ter pouco a ver com marxismo, capitalismo ou qualquer outra teoria econômica: tomada de decisão sobre o desenvolvimento sustentável está centrada em liderança individual ou coletiva (opção). Eis mais um motivo para promoção de debates sobre etnodesenvolvimento indígena no Nordeste. Mas para estes, caberia discussões prévias com os participantes na medida em que se as idéias de sustentabilidade e etnodesenvolvimento forem assumidas como importantes, os índios (e as lideranças) não devem se envergonhar de contar como usam mal os recursos e se abrir para aprender a usá-los de forma renovável. Da mesma forma para o antropólogo ou indigenista que estiver cooperando com os debates em questão.

Se, por exemplo, é detectada a presença de forte faccionalismo numa área, não se deve procurar se esquivar de debater este assunto com os índios. E se o faccionalismo for parte da cultura política local da comunidade? E se for dinâmica característica da etnia e a lógica do desenvolvimento passar por alianças e clivagens, ou seja, o grupo não caminhar como coletividade unida, mas em segmentações como descrições clássicas da antropologia britânica? Como então pensar etnodesenvolvimento indígena no Nordeste levando necessariamente em consideração tais dinâmicas políticas locais?

Além da dimensão política local, é necessário também pensar modelos de etnodesenvolvimento para as populações indígenas considerando-se vários elementos: história, cultura, religião, economia, políticas públicas, relações interétnicas, fluxos culturais globais, além dos aspectos propriamente científicos e tecnológicos. Os componentes histórico, legal, cultural, espiritual, ético, político, tecnológico/científico e econômico devem ser estudados interrelacionadamente para pensar a sustentabilidade dos povos indígenas do sertão. Além disso, esses aspectos existem como fluxos no tempo antes que como elementos estáticos. Discussões de sustentabilidade¹⁰ e etnodesenvolvimento devem tratar com o tempo. Cada um desses oito aspectos está em um constante estado de mudança. Qualquer estrutura implantada

¹⁰ As questões de equidade e preservação são integrais para qualquer definição de sustentabilidade.

para manter sustentabilidade por longos períodos de tempo deve ser flexível o bastante para acomodar mudanças.

As culturas e os meios ambientes mudam. Assim, o planejamento de processos de desenvolvimento sustentável e etnodesenvolvimento é complexo e difícil. Qualquer sistema de gestão criado para dar conta dessas complexidades e dificuldades, precisa, para ter sucesso, de uma flexibilidade que não comprometa princípios sustentáveis imutáveis. Voltando à questão do faccionalismo, é notório que coalizões, fundadas em família, amigos, aliados temporários etc, se formam e desaparecem numa dança política sem fim que coloca uma coalizão no poder num período e outra em seu lugar quando a primeira perde em legitimidade política oficial, e mais uma variedade de possibilidades de ascensão política ligadas a clientelismos, patronagem etc. Assim, novas idéias podem ser incrementadas em várias *situações históricas* (Oliveira 1988) e podem ou não gerar mudanças numa Terra Indígena. Cabe pensar sistemas de etnodesenvolvimento que considerem esses fatores.

Outro ponto é que se idéias de sustentabilidade ou etnodesenvolvimento surgem historicamente e muitas vezes em períodos críticos para os grupos como nas etnogêneses (e emergências étnicas) acionadas em competições por recursos, a cultura também desempenha papel importantíssimo nesses processos, muitas vezes com a necessidade de se acionar processos de *resgates culturais*, onde alguns elementos de cultura são atualizados (na maioria das vezes com abertura para itens externos) e operacionalizados em forma de tradições delimitadoras da unidade étnica.

Embora muito tenha se falado do caráter instrumental desses processos de produção cultural, deve-se notar que o novo produto cultural só será realmente eficaz quando incorporado pela linha da subjetividade ou do afeto. Posso exemplificar isso com o caso da Jaqueira. A Reserva foi criada com o intuito de promoção de um ecoturismo, onde a cultura e o meio ambiente se tornaram as atrações turísticas. Os Pataxó, já desenvolvendo o turismo na Reserva, a usavam também às sextas-feiras de noite para treinamento em suas tradições, isto é, nas suas músicas e danças. Acontece que esse movimento inicialmente de caráter eminentemente instrumental começou a ganhar, de fato, contornos espirituais e os Pataxó desta Reserva acabaram criando um lugar sagrado na Mata da Jaqueira onde nenhum branco tem acesso¹¹ e onde se conectam com seus ancestrais, extraindo daí forças e discernimento para suas atividades empresariais, políticas etc. Esses cultos aos

¹¹ Os únicos brancos que penetraram tal espaço, segundo os Pataxó, foram eu e o Jean da Flora Brasil.

ancestrais não são para exibição na arena onde se promove a etnicidade pragmática, mas com certeza é uma nova prática espiritual que fomenta sua identidade étnica, além de promover uma ética de sustentabilidade¹². É uma espiritualidade que os deixa muito mais próximos da natureza, vista como um sujeito dotado de forças e responsável pela sustentação do grupo em longo prazo. Assim como no caso Menominee, aqui também cultura, espiritualidade, ética e floresta são componentes-chave para a identidade e sustentabilidade. E ainda como os Menominee, os Pataxó da Jaqueira têm tido sucesso porque sustentam a floresta com emoção, além de ciência e tecnologia.

Talvez todas essas questões enunciadas acima (e várias outras não contempladas aqui) sejam realmente importantes para abordar (teórica e aplicadamente) as condições de vida dos índios do Nordeste (e Leste). Mas não se deve esperar que o desenvolvimento sustentável (e etnodesenvolvimento) resolva o problema de pobreza das comunidades indígenas, como no caso Menominee que, se clássico por exibir projeto de sustentabilidade, nem por isso a população se livrou da pobreza e de outros problemas como alcoolismo, abuso de drogas, furtos etc. Mas o que é pobreza? O que se quer com o etnodesenvolvimento (sustentabilidade indígena) é transformar as comunidades em unidades mais produtivas (habilidade para usar completamente os recursos)? O que é qualidade de vida para os habitantes dessas comunidades? Pelo que percebo, os índios não estão querendo mudar de vida, mas vivê-la com dignidade e precisam de condições materiais e planejamento para isso.

Mais uma vez ressalto que etnodesenvolvimento e autodeterminação devem partir dos próprios povos indígenas e as empresas indigenistas (oficial de Estado, ONGs, institutos etc) devem não determinar formas de desenvolvimento, mas mostrar que os indígenas é que têm que escolher e criar suas formas e então sugerir apoio, pedir intervenção etc. O grupo indígena é que tem que saber o que é legítimo e o que quer. Lembro de uma vez quando estava em Pataxó levantando dados para uma perícia de danos causados pela instalação do MADE e notei um grande problema interno à comunidade da Coroa Vermelha. Havia uma corriqueira retórica de acusações contra índios que faziam construções (comerciais principalmente) ilegítimas e que prejudicava aos demais. Sugeri então que eles mesmos fizessem suas normas do que era ou não permitido e então a fiscalização poderia

¹² Ou seja, a ética não está apenas concentrada na preservação da floresta, mas também nas gerações humanas na medida em que provoca reflexividade sobre sua continuidade como um povo.

impedir construções ou pontos comerciais ilegítimos mesmo dentro de uma terra coletiva. Essas normas seriam discutidas com FUNAI, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ministério Público Federal (MPF), etc., para que esses órgãos a fizessem prevalecer. No entanto, me foi dito (não pelos índios, que gostaram da idéia) que há normas da FUNAI, IPHAN etc que não podiam ser descumpridas (como se a área turística de Coroa Vermelha não se caracterizasse pelo afluxo contínuo de brancos não vacinados, venda de bebidas alcoólicas indispensável para a manutenção do turista na área etc). Enfim, quem tem que decidir isso tudo são os índios e passar para os órgãos competentes de fiscalização (quando não formar uma fiscalização interna) de amparo a eles e não acatar diretrizes externas. Mas regras (normas) são fundamentais. Mesmo que mudem historicamente em processos legítimos, são elas que podem organizar o etnodesenvolvimento do grupo.

Além disso, se empresas não podem ter lucro em área indígena, isso não impede que os índios consigam ajuda, benefícios, incrementos, desenvolvimentos se aliando a parceiros privados (grupos empresariais) para explorar seus recursos. Deve haver formas de co-participação vantajosas para os índios e empresas que não se reduz à exploração do lucro em áreas indígenas como no caso do turismo indígena, talvez pesca em larga escala etc. Se faz parte do etnodesenvolvimento políticas de alianças e econômicas temporárias ou de longa duração com grupos empresariais, municipais etc, isso deve ser respeitado. Acho um erro supor que o Estado brasileiro tem condições (mesmo com apoio de algumas instituições indigenistas bem intencionadas) de amparar e garantir o etnodesenvolvimento dos grupos indígenas do país como um todo¹³.

Por tudo isso que foi dito, sou da opinião que a estrutura da administração do órgão tutor deve ser repensada – principalmente a nível local, com limitação da atuação dos chefes de posto, figura de quem devia ser cobrado mais relatórios sobre as condições de vida dos povos do que receber atribuição de autoridade de “chefe” (nome inclusive que deveria ser mudado na medida que muitas vezes a chefia do posto pode ser confundida com a da área indígena).

¹³ O que não implica em constrangimentos para a ordem constitucional.

Bibliografia

- AZANHA, Gilberto. 2002. "Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil." In LIMA, Antonio Carlos de Souza & BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.): *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista*, pp. 29-37. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- DAVIS, Thomas. 2000. *Sustaining the Forest, the People, and the Spirit*. New York: State University of New York Press.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima. 1999. *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: UFPA/ NAEA.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. 1993. *Regime de Índio e faccionalismo: os Atikum da Serra do Umã*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ.
- _____. 2002a. "A Reserva da Jaqueira: etnodesenvolvimento e turismo." In RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim Anécio; VIANA, Andyara Lima Barbosa (orgs.): *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*, pp. 205-230. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- _____. 2002b. "Os Pataxó e os fluxos coloniais." Trabalho apresentado no GT "Povos indígenas", coordenado por João Pacheco de Oliveira e John Manuel Monteiro, no XXVI Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 2002. Caxambu, MG.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. & BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). 2002a. *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- _____. 2002b. "Questões para uma política indigenista: etnodesenvolvimento e políticas públicas. Uma apresentação." In IDEM (orgs.): *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*, pp. 7-28. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- NASH, Dennison. 1996. *Anthropology of Tourism*. Kidlington, Pergamon Press.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1988. *"O Nosso Governo": os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero/ CNPq.
- _____. 1999a. "Uma etnologia dos 'índios misturados': situação colonial, territorialização e fluxos culturais." In IDEM (org.): *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, pp. 11-36. Rio Janeiro: Contra Capa.
- _____. 1999b. "A população ameríndia: terra, meio ambiente e perspectivas de transformação." In IDEM: *Ensaio de Antropologia Histórica*, pp. 155-163. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- PALITOT, Estêvão & ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos S. 2002. *Índios do Nordeste (AL, PE e PB)*. Relatório de Viagem apresentado ao LACED/MN/UFRJ.
- REESINK, Edwin. 1996. "O Museu Aberto do Descobrimento no Sul da Bahia: um museu é um negócio de quem, para quem e em benefício de quem?." *Boletim da ANAÍ-BA*, 18:22-27.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 2000. "Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento." In *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo*, pp. 131-170. Brasília: Editora da UnB.